

O ESTADO

ORGAN DO PARTIDO REPUBLICANO FEDERALISTA

ANNO I

ASSIGNATURA
Capital: — Trimestre 30000
Pelo correio: — Semestre 70000
Pagamento adiantado

ESTADO DE SANTA CATHARINA

DESTERRO, — 48 DE ABRIL DE 1893

REDAÇÃO E TYPOGRAPHIA
RUA TRAJANO N. 5
(Sobrado)

NUM. 126

Numero avulso 40 réis

O MANIFESTO

O segundo artigo dos ex-desembargadores é uma variante do primeiro.

Nelle se procura apenas, com mais desenvolvimento, demonstrar a illegalidade do acto de 8 do corrente.

E para chegarem a esse desideratum, começa os signatarios da estupenda peça dizendo que eram juizes de direito de diversas comarcas do Estado quando foram nomeados membros do ex-Superior Tribunal de justiça, que a Constituição de 7 de Julho e a Lei de 45 de Setembro extinguiram.

Não sabemos ao que vem uma tal alligação no caso em questão, pois o facto de terem sido magistrados anteriormente à organização do extinto Tribunal Superior não lhes dá outro direito que o da disponibilidade, garantida pelas leis federaes.

Extinto, como reconhecem os ex-desembargadores, esse Superior Tribunal e creado o da Relação, resulta que o acto de 6 de Janeiro, em que falsamente se appoiam, não teve por fim positivamente reorganizar a magistratura, como supuzeram, mas accommodar a nova forma e denominação adoptadas pela Lei n. 59 de 44 de Setembro do anno passado, o Tribunal existente.

Si assim não fora não usaria o governo no seu acto das expressões:—manter a magistratura *como se não reorganizada*.

Mudar, não é reorganizar, principalmente quando a faculdade de reorganizar vem acompanhada da faculdade de *dissolver*.

Ora, o art. 3.º das disposições transitórias da Constituição estatue o seguinte:—Fica o governo authorisado a *dissolver* a magistratura e a *reorganizar-a* etc.

Si o Presidente não *dissolveu*, nem *reorganizou*; si apenas *manteve*;—e claro que não teve outro intuito nem outro effecto o acto de 6 de Janeiro deste anno se não o de harmonisar com as novas disposições legais o Tribunal existente, reservando-se o direito de *dissolver* e *reorganizar* definitivamente a magistratura quando entendesse opportuno.

Na expressão—*manter*—deviam ver claramente os ex-desembargadores que não estava incluída a *dissolução*, pois que encerra ella ideia diametralmente opposta a esta.

Objectam os ex-desembargadores que o facto da nomeação de desembargador do dr. Ferreira de Mello e de alguns juizes de direito, importa definitiva organização, porquanto essas nomeações só por um acto com semelhante caracter podiam ser feitas.

Mas a essa objecção respondem as palavras do mesmo acto:—*resolva manter com as seguintes alterações* etc.

Si mantendo a magistratura, o Presidente não podia fazer as novas nomeações em questão, isso nada importa ao nosso caso.

O que negamos é que pelo facto de fazellas, preenchendo vagas, tivesse reorganizado a magistratura, nos termos do art. 3.º da Constituição de 7 de Julho.

Reorganizar não é manter.

Manter não é dissolver.

São idéas diametralmente oppostas.

Dissolver e reorganizar, foi o que a lei autorizou a fazer.

Si dos dous actos ha um illegal e nullo é o de 6 de Janeiro ultimo, pelo qual pretendem fazer obra os ex-desembargadores.

Nullo, porque o legislador constituinte não cogitou de *manter* mas de *dissolver* e *reorganizar*.

Nullo, porque ficou sem valor em vista da resolução de 8 do corrente, perfeitamente harmonica com o espirito e a letra do art. 3.º das disposições transitorias da Constituição.

Proseguiremos.

Dizia-se hontem

... que o capitão mamadeira por ser muito medroso está prohibido de andar de calças brancas...

... que o ronha soneira anda dizendo que não vende mais café fiado para o club do mesmo nome...

... que o dr. E. vai montar uma condelaria para ter em que se devertir durante o tempo da *suspensão do seu tribunal*...

... que o *periquito das bananas* em todos os seus discursos pronunciados no club café diz « que é preciso ganharmos dinheiro seja porque meio for... »

... que o *pelludo riscado já deitou* sobre-casaca duas vezes para assistir as reuniões do *tribunal mangá*, mas nada arranhou com isso...

... que o *desembargador* estampa tem assignado de cruz todos os protestos de despeito que seus collegas tem arranjado até hoje...

... que a camarilha dos cara duras anda muito triste depois que o *bife* anda dizendo pelas esquinas *min vai me retirar da politica porque toda lambica é uma canthota*...

... que finalmente o rabula do Chico Boalha anda muito *intripido* depois que se descobriu o negocio da viúva Frederica do *figuista*...

Foi designada uma das salas da camara municipal para n'ella funcionar a Assembléa Legislativa na sessão extraordinária convocada para 27 do corrente, visto aclarar-se em obras o edificio da mesma Assembléa.

Errata

No artigo sob a rubrica—*to publico*—onde se lê:—«E, nesse furor insano, vai ao ponto de dizerem, — leia-se:—vão ao ponto de dizer.

Em vez de:—...para que devosse ser obrigado a longa e dispendiosa viagem, leia-se: para que não devesse etc.

Em vez de:—...publicado: o mesmo governador louvara, leia-se: publicado que o mesmo governador louvava.

DISSOLUÇÃO DO TRIBUNAL

S. Ex. o Sr. Presidente da Relação recebeu o seguinte telegramma:

« Sciende installação tribunal relação, cumprimento e felicito V. Ex. escolha elevado cargo presidente do mesmo tribunal.

—O juiz de direito, Antonio Wanderley Nacarro Pereira Lins.

D. Lucile Roclon

Sepultou-se hontem, victimada por um accesso cerebral, a estimavel e distincta sra. d. Lucile Roclon, sogra dos nossos distinctos conterraneos João do Prado Lemos e Gustavo Richard.

Apresentamos-lhes nossas condolencias.

O CRIME DE BLUMENAU (*)

II

Dissemos que—si o juiz Guilhon reconheceria « seu espirito vacillante », devia ter convertido o julgamento em deligencia. Era seu dever esclarecer-se, mandando inquirir as testemunhas referidas.

A isso obrigavam-no a Lei de 3 de Dezembro de 1844, arts. 48 e 50, o Regul. de 31 de Janeiro de 1842, art. 267, Decreto e Decisões do Governo, referentes ao Regim. das Relações.

E o juiz *ad quem* conhece bem essa legislação e a respectiva pratica.

Assim é que—nos autos do recurso pelo assassinato de Fidelis Preto, a ex-relação, de que elle era presidente ordenou essa deligencia.

E isto quando aliás, ella não tinha razão de ser, a menos que se pretendesse proteger os réos recorridos.

Estes não haviam requerido vista dos autos em tempo algum e menos dentro do prazo de 5 dias concedido pelo art. 73 da Lei de 3 de Dezembro!

« O juiz *ad quem* quizesse esclarecer « seu espirito vacillante » teria encontrado nos autos os nomes das testemunhas referidas.

A's fls. 28 v., 59 v., 80 v., e 81 v. verso que as testemunhas Dr. Bleyer, Luiz Saldade e Gustavo Baumgart referiram-sea Maximiliano Merk, Willerding, Paulo Schwarzer, a senhora de Bruno Lingershausen a Carlos Viego e a Frederico Viego.

O chefe de policia não inquirio as testemunhas referidas pelas seguintes razões:

1.º Por considerar os depoimentos das testemunhas de numero-mais que sufficientes para o esclarecimento dos factos e suas circumstancias;

2.º Porque o prazo para a formação da culpa estava então, expirado;

3.º Porque os réos tinham de seguir para esta capital, por ordem da Relação, a qual haviam requerido liberdade por via do *habeas-corpus*.

E o cit. art. 267 do Regul. de 1842 determina que o juiz processante inquiria as testemunhas referidas—si isso efor possível.

A impossibilidade da inquirição não se dava ante o juiz *ad quem*.

A este não faltava tempo para essa deligencia.

E, tanto assim é, que esse juiz demorou a distribuição e o andamento do recurso—sob o pretexto de ferias forenses sobre-vindas.

E isto quando, aliás, o Decreto de 1853 e o de 1890, exceptuaram os « reos criminaes » da prohibição resultante das ferias forenses.

Bem parece que o juiz *ad quem* esperava a força de linha annunciada para dar andamento ao recurso, e, então, despro-nunciou os réos, como se propalava.

O juiz *ad quem* preferio inspirar-se e esclarecer-se ante a força de linha, que « viaha depór as autoridades », a esclarecer-se com os depoimentos de mais testemunhas.

E, entretanto, « seu espirito continuou a vacillar »!

Seria porque a força não depoz as autoridades que deviam dar cumprimento ao despacho de não pronuncia?

Ricard Paduani.

(*) Errata:—No primeiro artigo sob a epigraphe supra:—elimine-se a phrase: «Entretanto, este o affirmo» e a qual escapou ao cancelamento no original;

Em vez de—*inquiram bem as testemunhas, leia-se*—*inquiram-se também etc.*

Por acto de hontem foi adoptado o regulamento para a cobrança executiva das dividas do Estado.

TUBARÃO

O cidadão Presidente do Estado recebeu d'esta procedencia o seguinte telegramma:

Aqui cheguei hontem á noite de Araraquá, onde fui encontrar população alarmada, amedrontada boatos alli invasão forças. Procedi, como me recommendastes, rigorosas investigações sobre accusações que pesam autoridades d'aquella comarca, que consistem affirmar-se alguns funcionarios auxilium invasores Rio Grande, ao que já referiu-se dr. Julio de Castilhos, mal informado. Após entender-me diversas pessoas, estive com dr. Virgelino Queiroz, juiz de direito comarca, cujo testemunho é muito valioso, por ser imparcial.

Affiançou-me esse magistrado serem infundadas accusações contra commissario Tobias Sá, que como demais autoridades, tem-se mantido neutralidade precisa negocios Rio Grande, nem jamais transpoz fronteira nosso com Estado Rio Grande, distante 40 leguas sede comarca onde reside, procedimento esse que não tem sido observado, como já vos communico, pedindo providencias, mesmo juiz de direito, pelas forças destacadas Torres, as quaes por mais de uma vez, tem mandado destacamentos invadir nosso territorio em busca emigrados, deixando de dirigir-se autoridades constituídas. Alumnica proteger invasão, assacada contra commissario Tobias, parte de um certo Antonio Francisco de Meira Filho inimigo capital Tobias, nosso adversario politico, cidadão osso que fazendo côro com Lauristas, seus parciais, maneja perfeitamente, como elles, intriga, sua arma principal. Commissario Tobias impossibilitado ir segundo districto Araraquá, onde ha pouco tempo, escapou avisado por José Pereira Maciel Sobrinho, ser apanhado por uma escolta que de Torres veio sua procura até Rio Cangas, esperando-o no campo. Este, outros factos tem trazido população alarmada, razão porque deixou haver eleição dia 9 corrente. Algumas principaes pessoas tem dormido fora casa, entre ellas juiz de direito, professor publico e Tobias que tem zolado paz, tranquillidade familias residentes Araraquá, peço-vos tomeis providencias restituir-lhes socogo. Saudações fraternaes.—Fusto Werner, director Instrução commissão especial.

THEATRO

No Santa Izabel a distincta companhia dramatica dirigida pelo actor Conte Rocha leva hoje a scena o importante drama em 4 actos intitulado *Deus e a natureza*, original do immortal escriptor rio-grandense Arthur Rocha.

Este espectáculo é em beneficio do apilando artista Pereira da Costa, que o dedicou ao distincto medico dr. Paula Freitas e Gustavo Pereira.

DR. ARTHUR MELLO

Por telegramma recebido da capital federal sabemos ter concluido seu curso de sciencias sociais o nosso illustre conterraneo e dedicado companheiro dr. Arthur Ferreira de Mello, um dos mais bellos talentos da nova geração de moços, que se preparam para dirigir o futuro de nossa terra.

Felicitando o illustre catharinense pelas conquistas que vêm de fazer nos certames da sciencia, honrando o nome catharinense, dirigimos-lhe daqui um apeto de mão.

OS PASSARINHOS

Era por uma rica tarde de Novembro. O sol se havia retirado naquella instante, mas a natureza, toda enrubescida, palpitava ainda no calor fecundo de seus últimos beijos.

O céu, de um arroxoado quente, dobrava-se sobre a terra para envolvê-la em um abraço longo e cheio de delicias. De todos os lados ouvia-se a musica triste das cigarras, e as arvores requebrava-se voluptuosamente no coêcho tepido da floresta, com a graciosa flexibilidade de uma mulher ao receber a fagueira caricia do amante.

Era a hora tranquilla do recolhimento e do amor, quando o espirito e o corpo se libertam das canceiras do dia para se entorpecerem no reponso consolador e suave da sesta, quando ha na atmosphera essa doce expressão de paz e felicidade que nos leva insensivelmente a meditar em cousas mansas e innocentes.

Tudo conduzia com o aspecto melancolico da tarde: uma boiada ao longe, que se recolhia; um lavrador, que, em caminho da casa, passa a cantar, com a enxada ao hombro; uma mulher que apanhava da corda a roupa que estivera a corar durante o dia—tudo tomava, a magica influencia da hora e do lugar, uma expressão sympathica, mysteriosa, de poesia e de amor.

Entretanto, um padre ainda moço, depois de passar silenciosamente a sombra dos bambus, foi assentando-se, triste e preocupado, nos restos de uma fonte de pedra, cuja pobreza as herbas disfarçavam com a opulencia de suas folhas e alegravam com a frescura caprichosa de suas flores.

E ali ficou elle a esmarcar, perdido em um extasis profundo—vagos desejos levantavam-se-lhe ao calor voluptuoso daquella tarde e o conduziam suavemente para o conforto de um mundo desconhecido, que seu coração mal se animava a sonhar.

E vinham-lhe a memoria, com uma reminiscencia dolorosa, todas as suas aspirações da infancia. Então, quanta esperança no futuro? Quanta innocencia nos amores? Quanta confiança em tudo que o cercava?

Ah! nesse tempo não conhecia elle as lutas tempestuosas do cynismo e da vaidade, não conhecia as torpes necessidades da vida, não soffria os grandes arrancos da ambição e a grande responsabilidade da sua vida!

Muito pouco lhe bastava então para ser feliz: um bocadinho de ar, um bocadinho de sol, um bocadinho de amor, e os seus dias corriam risinhos e deslizes.

—Depois continuou elle a pensar, cruzando sobre o ventre as mãos finas e decoradas—metteram-me em casa abominavel para ser padre, deram-me uma mortalha preta e disseram-me:

—«Estuda, trabalha e faz-te um santo! Quando o sangue subir-te em horribotês a cabeça e o prizer estrangalar os teus votos, agarra aquelle rifle e fuziga com elle o teu corpo; quando vires uma mulher cujo olhar, humido e casto, te fizer sonhar os deslumbramentos do amor, bater-te nas nuhas, até que saiares de tu o veneno da tua mocidade, fecha-te em ti ao amor e a ternura; precipita-te na aridez austera da tua fe, como si deslhasse em um tumulto».

E, assim pensando, o padre moço que dára-se esquecido, a olhar vagamente para a paisagem que defronte d'elle ha pouco se escurando nas ultimas matizações do horizonte.

Desde que o destinaram a padre, sentia-se arrebatado para a solidão: — achava certo prazer amargo em se deixar consumir pela aspera certeza de sua miseria e de sua inutilidade.

Não queria a convivência dos outros homens, porque todos tinham e desfructavam aquillo que llo era verdade—o amor, a esperança, a doce consolação da familia.

O que desejava era morrer; envolver-se já, pelo menos; que seu cabelo, de preto e lustroso, se tornasse branco; que seu olhar enfraquecesse; que seus dentes amarelassem e sua fronte se abrisse em rugas; desejava refugiar-se cobardemente na velhice, como em um abrigo seguro contra as paixões mundanas.

Queria arrancar de dentro aquelle coração importuno e esmagado de debaixo dos pés.

Não se sentia capaz de domar a matilha que lhe rosnava no sangue; sobressaltava-se com a idéa de succumbir a um assalto mais forte de seus nervos; só a lembrança de que

seria capaz de uma paixão, sacudia-o todo com um movimento apopletico.

—Todavia— replicou-lhe de dentro uma voz meiga, medrosa, quasi imperceptivel—todavia, o amor deve ser bem bom!

E dous fios compridos correram pelas faces pallidas do padre.

Nisto, o canto de um passarinho fê-lo olhar para cima: na mole balsamica, que lhe ficava sobre a cabeça, o innocente intruso trinau ao lado de sua companheira.

O moço estremeceu e ficou a olhar fixamente para aquella felicidade.

Os dous velhaquinhos conservavam-se unidos, como si conversassem amorosamente.

A femea estendia a cabeça ao amigo, e, enquanto elle lhe endireitava as pennas com o bico, ella contrahia-se toda, uniam-se mais, e prostravam-se, confundidos pelo mesmo entorpecimento.

Então, o joven ecclesiastico levantou em um sobresalto o guarda-chuva e com uma pancada lançou por terra o amoroso par.

Os pobresinhos cahiram, estrebuchando a seus pés, unidos ainda pelo beijo.

O padre viu tou o rosto e afastou-se silenciosamente.

No céu esbatia-se a ultima restea de luz e o sino de uma torre soluçava ao longe o toque de Ave-Maria.

ALCIZO AZEVEDO.

Casou-se com a filha

Os tribunaes de Chicago, nos Estados Unidos do Norte, occupam-se d'uma acção de nullidade de casamento, que veio esclarecer um romance da vida real dos mais extranhos e que excede tudo o que poderia inventar a imaginação do mais fecundo romancista.

Um tal Samuel Cliton Willet descobriu que a mulher, com quem casou-se vae para dois annos, em terceira nupcias, é sua propria filha.

Willet casou-se pela primeira vez ha pouco de quarenta e cinco annos, no Erie (Pennsylvania) com uma moça chamada Marie Evans. Tinha então 47 annos e sua mulher 16. No fim de mais ou menos um anno o casal teve uma filha.

Viveram na mais completa paz durante alguns annos; porem depois appareceu a discordia na familia e, uma noite, entrado em casa, Willet deu por falta de sua mulher que havia fugido, levando consigo a menina.

Depois de um ou dous annos fê-lo informado da morte de sua mulher, ignorando todavia o que havia sido feito da criança.

Passados 6 annos de fuga de sua primeira mulher, Willet casou-se em segunda nupcias com uma moça dos arrabaldes de Erie, chamada Carolina Stevens, e no fim de dois annos, teve d'este consorcio um filho que se chamou Jorge.

Madame Willet pouco tempo sobreviveu ao nascimento de seu filho, que foi creado pelo pai.

Aos 17 annos, Willet empregou-se n'uma casa de commercio de Pittsburg, e Willet Junior, tendo adquirido uma regular fortuna foi por sua vez estabelecer-se n'essa cidade.

Na noite de natal de 1860 Willet esperava impaciente a chegada do filho, que llo havia ido por conta de seus patrões fazer uma viagem de trez mezes.

Finalmente, chegou Jorge, mas não vinha só. Vinha acompanhado d'uma moça de nome Helena Wright, com quem se deu e com quem casou-se em Cleveland (Ohio).

Não somente Willet approvou o casamento de seu filho, como tornou-se excessivamente extremo por sua morte.

Durante 20 annos Willet Junior e sua mulher viveram na mais perfeita harmonia. Citavam-nos como exemplo dos casados.

Em 1888, morreu Willet Junior, d'uma pertinaz enfermidade.

Alguns mezes depois de seu fallecimento Willet pai foi fazer uma longa viagem a Europa, em companhia de sua nora, e em 8 de janeiro de 1890 casou-se com ella, em Londres.

Willet e sua mulher regressaram em seguida aos Estados Unidos, indo fixar residencia em Chicago.

Depois de seu regresso, Willet andava preocupado. Tinha descoberto certos factos que lhe faziam suppor que sua mulher era a filha de seu primeiro matrimonio.

Entregou-se a uma inquirição, que confirmou completamente as suas suspeitas.

Sua primeira mulher depois de tello abandonado, metton-se em Cleveland com um tal John Wright e tinha creado a filha como sendo de Wright, sem nunca llo ter revelado seu verdadeiro nome.

D'isto resultou que Helena, que se julgava filha de John Wright morto muito tempo depois, foi successivamente mulher de seu irmão e de seu pai.

SOLICITADAS

AO PUBLICO

(Concedido)

Causa nojo essa especulação torpe a que soccorrem-se os adversarios, a proposito da invasão rio-grandense.

Politicamente fallando, não conheço no Rio Grande—partido gasparista.

Ali existem, apenas, dous partidos politicos: o castilista e o federalista.

Eu pertengo ao partido federalista que se estende do norte ao sul do Brasil e que é republicano.

Mas, a politica estadual, que merece a minha particular attenção, é a do Estado de Santa Catharina.

Aqui é que eu resido e exerceo meus direitos politicos.

Ante o regimen republicano constitucional, os Estados são autonomos.

Não conheço principio republicano federalativo que aconselhe o Estado de Santa Catharina a constituir-se pupillo do Rio Grande, quando não seu tributario—quando não seu candidato, como querem o senador Esteves Junior e os seus partidarios.

Essa torpe e anti-patriotica especulação, empregada como meio de determinar o marechal Floriano a presentear-lhes o governo estadual, de que foram enxotados pelo povo cathariense, não deve levar o senador Esteves Junior e seus associaes ao ponto de permatarem a autonomia de seu Estado natal pela cauda do Rio Grande.

Que a ganancia do senador Esteves Junior, pelo governo deste Estado, não o leve a tornar-se um filho renegado.

Que, afinal, si não puder vencer os ardores da ganancia, continue a ser caudatario de Castilhos.

Mas, que não pretenda obrigar seus contreranos a occuparem tão baixa e asquerosa posição.

Que, em conclusão, deixei-me continuar a ser republicano federalista aqui, como em todo o paiz.

Eu posso ser solidario, como sou, com o marechal Floriano, na consolidação das instituições republicanas, sem, entretanto, precisar de ser castilista.

Tenho demonstrado que não sou «criminoso», nem «emigrado», nem «gasparista», como, levianamente, disse o senador Esteves Junior.

E, pois, ponho aqui remate à resposta que dou à carta de tal senador.

Francisco A. Vieira Caddes.

Habeas-corpus

Em umas das ultimas noites, por uma das ruas desta capital passava mui tranquilamente o pacifico cidadão brasileiro Jacintho Gonçalves, quando, inesperada e violentamente, foi preso por soldados do 25º batalhão de infantaria, armados, que immediatamente o conduziram ao quartel do mesmo batalhão, onde esteve detido alguns dias, e posteriormente foi levado para o hospital militar, onde se acha bastante enfermo, tendo soffrido assim uma prisão illegal e continuando a soffrer illegal constrangimento em sua liberdade.

Fundando-se cremos que no art. 340 do codigo do processo criminal, ainda no art. 48 da lei n. 2033 de 20 de setembro de 1874 e na luminosa doutrina do aviso n. 30 de 22 do janeiro de 1873, a victima de, na epocha actual, tão inaudita arbitrariedade requerer ante hontem ao Tribunal da relação um ordem de *habeas-corpus*, a fim de conhecerem-se a violencia por que passou, e a manifesta illegalidade do constrangimento em que acha-se sua liberdade, e afinal ser solto.

Foi a petição apresentada ao Tribunal, e este, como se vê do respectivo expediente publicado na folha official de hontem, julgou-se «incompetente para tomar conhecimento».

Uma surpresa para o paciente, que não sabe neste momento qual o meio que poderá haver para readquirir o gozo de va-

rios dos seus direitos, cujo exercicio esta estorvado com a violenta detenção de que victima foi!

Que razões militaram para o procedimento do egregio Tribunal? Quaes os motivos que determinaram os srs. desembargadores a tomarem essa resolução? em que se funda o acórdão proferido? haverá lei ou assento que autorise a assim deliberar?

O expediente publicado hontem não nos disse mais do que isto:

«HABEAS-CORPUS»

Pelo sr. desembargador presidente do Tribunal foi apresentada uma petição de *habeas-corpus* impetrada por Jacintho Gonçalves, morador nesta cidade, sobre a qual o Tribunal decidio julgando-se incompetente para tomar conhecimento.

Igual procedimento teve o extinto Tribunal do Estado, ha pouco tempo, com um identico requerimento, de um pobre e infeliz operario, recrutado na praça publica para, contra sua vontade, servir no exercito; procedimento esse que estranhámos, mas que não nos sentimos como força ou recursos para discutir, tendo muito em vista que era acto de um Tribunal superior, onde se encontram sempre a sabedoria e o mais puro criterio; procurando, entretanto, ouvir o notavel jurista sr. conselheiro Salustiano Orlando de Araújo Costa, e depois de scientificas e apreciabilissimas considerações por parte desse profundo mestre de jurisprudência, tivemos o prazer de vê-lo concordar connosco, isto é, ouvimos-o declarar que tinhamos razão em não considerar fundada a decisão daquelle extinto Tribunal, aliás respeitavel, visto que, conforme lhe ponderavamos—agenciador de voluntarios não é autoridade de nenhuma especie, mas sim simples empregado ou commissario do governo.

Foi testemunha disto um dos mais distinctos dos actuaes membros do Tribunal da relação.

Mas haverá lei que prohiba conceder-se ordem do *habeas-corpus* a favor de qualquer cidadão ou de estrangeiro que entender que soffre prisão ou constrangimento illegal em sua liberdade, ou mesmo que se acha ameaçado de soffrer um ou outro d'esses vexames?

Vamos vê-lo, calma e reflectidamente.

A questão é importante, si bem que simplissima, demanda algum desenvolvimento e citação e transcrição de textos de lei, o que nos desculpem aquelles que se derem ao trabalho de ler-nos.

Antes de tudo, vejamos o que diz o art. 340 do codigo do processo criminal, citado pelo cidadão Jacintho Gonçalves em sua referida petição. Reza esse artigo:

«Todo o cidadão que entender que elle ou outrem soffre uma prisão ou constrangimento illegal em sua liberdade, tem direito de pedir uma ordem de — *habeas-corpus* em seu favor.» Vejamos tambem o que diz o art. 48 da lei n. 2033 de 20 de setembro de 1874. E' elle assim concebido: «Os juizes de direito poderão expedir ordem do *habeas-corpus* a favor dos que estiverem illegalmente presos, ainda quando o fossem por-determinação do chefe de policia ou de qualquer outra autoridade administrativa, e sem exclusão dos detidos (*detentados*) a titulo de recrutamento, não estando ainda alistados como praças no exercito ou na armada.»

Esta attribuição concedida aos juizes de direito pela lei mais liberal que tem tido sobre direitos e garantias individuaes, não pôde deixar de competir tambem ás jurisdicções superiores, o que certamente não se poz jamais em duvida nem se poderá por, tendo-se em vista a segunda parte do citado art. 48 da lei n. 2033 e mais ainda a jurisprudencia patria.

Um jurista eminentissimo, occupando a pasta da justiça no anno de 1873, sendo consultado sobre um caso bem igual ao que se dá com o sr. Jacintho Gonçalves, deu a seguinte e luminosissima interpretação aquelle mencionado art. 48 da lei n. 2033: «Tendo este art. conferido expressamente aos juizes de direito a attribuição de conceder *habeas-corpus* a recrutados, não estando ainda alistados como praças no exercito ou na armada, devem os juizes de direito requisitar a apresentação do paciente e todos os esclarecimentos que forem necessários a favor de recrutados, ainda que estes estejam a disposição dos presidentes de provincias.»

Vamos fazer ponto por hoje, dando uma opinião de illustrado mestre de direito o distincto representante da nação, sr. dr. João Vieira do Araujo, opinião geralmente accellida e que vem muito a proposito: diz o illustre ex-magistrado que — a ordem do habeas-corpus, si o recrutado ainda não estiver como praça no exercito ou na armada, pode ser concedida em qualquer tempo mesmo dentro do prazo que, pelo recrutador lhe foi marcado para provar sua isenção.

Tratava-se de um caso analogo ao de que nos occupamos.
Proseguiremos.

EDITAES

Corpo Policial

Tendo sido, por decreto da presidencia d'este Estado, do 25 do corrente mez, augmentado com mais duas companhias o Corpo Policial sob o meu commando, cujo preenchimento do respectivo pessoal deve ser effectuado quanto antes, assim convido as cidadãos que se quizerem engajar para servirem no mesmo Corpo, a se apresentarem no quartel a qualquer hora do dia, a fim de serem preenchidas as disposições regulamentares.

O Corpo Policial é fixo n'este Estado, de cujo governo, territorio e integridade é exclusivamente defensor assim como dos da Republica Federativa.

Os cidadãos que se engajarem, bem como todas as praças que servirem na capital, terão mais uma gratificação de 45\$000 réis mensaes, prefazendo o total de 53\$000 réis os seus vencimentos de soldado.

As condições exigidas para ser acceto o cidadão, são as seguintes:

Ter idade de 16 a 40 annos.
Ter robustez, comprovada em inspecção de saúde.

Ter moralidade, provada com attestado de autoridade ou testemunho de pessoas que mereçam fé.

Além dos vencimentos mensaes de 53\$000 réis, tem o engajado direito a todo o fardamento da tabella do Corpo, que o contratado e feito da melhor fazenda que ha no commercio, montando em 15 peças o fardamento que recebe durante o anno cada praça.

Quartel de Commando do Corpo Policial do Estado de Santa Catharina, em 29 de Março de 1893. — *Brasileiro A. do Nascimento*, commandante do Corpo.

DECLARAÇÕES

Loteria do Estado

Tendo de installar-se hoje, com a extracção da 1ª serie da 1ª loteria, o novo plano de CENTO E VINTE MIL BILHETES, e sendo a primeira roda da machina numerada de 0 a 11 e as outras quatro de 0 a 9, o que determinará que não se possa obter numero maior de 119.999 — avisamos ao publico que o numero 120.000, o mais alto d'esse plano, sera verificado e contado quando as RODAS TODAS APRESENTAREM CINCO ZEROS.

Escriptorio das Loterias do Estado de Santa Catharina, Desterro, 18 de Abril de 1893. — Pelos contractadores:

LYDIO BARBOZA.

AO COMMERCIO

Rodrigues & C., participam ao commercio d'esta praça, e fora d'ella que em data de 4 de Abril do corrente venderam aos srs. Henrique Fernandes Loureiro e Luiz Joaquim dos Reis, sua casa de negocio de seccos e molhados sita á rua João Pinto n. 44, livre e desembaraçada de toda e qualquer responsabilidade.

Desterro, 11 de Abril de 1893. — *Rodrigues & C.*

Henrique Fernandes Loureiro e Luiz Joaquim dos Reis participam ao commercio d'esta praça e fora d'ella que em data de 4 de Abril do corrente compraram aos srs.

Rodrigues & C., sua casa de negocio de seccos e molhados sita á rua João Pinto n. 44, livre e desembaraçada de toda e qualquer responsabilidade, passando a mesma a girar nesta praça sobre a firma de Loureiro & C.

Desterro, 11 de Abril de 1893. — *Henrique Fernandes Loureiro*. — *Luiz Joaquim dos Reis*.

Rodrigues & C., tendo liquidado seu negocio de seccos e molhados á rua João Pinto n. 44, pedem aos seus devedores o favor de mandarem saldar suas contas até o fim do corrente mez.

Desterro, 11 de Abril de 1893, *Rodrigues & C.*

ENCADERNAÇÃO MECHANICA

O proprietario do estabelecimento supra, participa aos interessados, que esta officina mudou-se para o predio, que para este fim comprou, á rua Tenente Silveira, canto da rua Alvaro de Carvalho, antiga da Palma. Outrossim, não podendo deixar passar esta occasião sem manifestar o seu sincero reconhecimento, aos distinctos cavalheiros e amigos, que sempre honraram esta officina, com suas valiosas proteções, espera merecer dos mesmos sempre a mesma confiança.

Desterro, 5 de Abril de 1893.

DR. CORDEIRO JUNIOR

MEDICO E OPERADOR

Chamados e consultas a qualquer hora

RESIDENCIA E CONSULTORIO

18 — Rua Trajano — 18

Ao commercio

Affonso Cavalcanti do Livramento a Luiz Cavalcanti de Campos Mello, participam ao commercio desta e das outras praças que nesta data organisaram uma sociedade commercial sob a firma

A. Livramento & Campos Mello

em substituição a de Affonso Livramento, para continuar com o mesmo ramo de negocio — commissões, consignações, compra e venda de generos nacionaes e estrangeiros.

Desterro, 1ª de Fevereiro de 1893. — *Affonso Cavalcanti do Livramento*. — *Luiz Cavalcanti de Campos Mello*.

Dr. Souza Lemos

Médico e Operador

Consultorio e residencia á rua General Desterro, n. 15

ANNUNCIOS



COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO

NORTE-SUL

O PAQUETE

BENTO GONÇALVES

Commandante Oliveira

esperado do Rio de Janeiro no dia 20 do corrente, voltará ao mesmo porto no dia 24, em directura.

Este vapor é dotado de excellentes accommodações e uma marcha mui veloz. Recebe cargas e passageiros.

Os agentes

H. de Trompowsky & C.

CASA

Aluga-se uma na rua Bocayuva n. 39 B com commodos para grande familia e propria para banhos de mar. Trata-se com

FRONTINO PIRES.

THEATRO

COMPANHIA DRAMATICA

Direcção do actor

Couto Rocha

HOJE 18 DE ABRIL HOJE

ESPECTACULO EXTRAORDINARIO

Festa artistica promovida pelo actor

PEREIRA DA COSTA

E DEDICADA AOS ILLUSTRES CIDADAOES

Dr. Alfredo Freitas e Gustavo Pereira

GRANDE NOVIDADE!! SORPREHENDENTE E TACUO

Uma unica representação, a pedido, do sublime drama brazileiro do immortal escriptor rio-grandense Arthur Bocca

DEUS E A NATUREZA

e a comedia em um acto

MARIDO VICTIMA DAS MODAS

CAIXA FILIAL

- DO -

BANCO UNIÃO DE S. PAULO

Desterro

4 RUA TRAJANO 4

SACCA SOBRE AS SEGUINTE PRAÇAS:

Rio de Janeiro—Nossa agencia.

São Paulo—Nossa matriz, agencias de

Santos, Campinas, Rio Claro, São Carlos do Pinhal, Sorocaba, Ribeirão Preto, Itatiba etc., etc.

Paraná—Caixa filial de Curitiba.

Goyaz— » » » Goyaz

Pernambuco—Banco Emissor e suas agencias.

Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, Banco da Republica.

Desconta letras da terra, sobre S. Paulo e todos os outros Estados.

Realiza emprestimos por letra e em conta corrente sob cauções de titulos e hypothecas garantidas.

Recebe dinheiro a premio nos seguintes condições:

Em conta corrente de movimento, com retiradas livres

5%

Por letras a prazo fixo de 3 a 5 mezes

5 1/2%

» » » 6 a 9 »

6%

» » » 10 a 12 »

7 1/2%

AGENTE

JOAO C. GOULART

SUB-AGENTE

P. A. PAULA VIANNA



COMPANHIA

DE INDÚSTRIAS E MELHORAMENTOS

SEDE--RIO DE JANEIRO

Rua da Quitanda 93

QUINTO ORTEIO DE AMORTIZAÇÃO DO EMPRESTIMO POR OBRIGAÇÕES

Premio 50:000\$000

Serie 27 N. 3.396

Premio 1:000\$000

N. 3.080

Premio 1:000\$000

Serie 6 N. 637

Premios 500\$000

Serie 48 N. 3.994

» 400 » 4.444

Premios 200\$000

Serie 2 N. 2.695

» 37 » 2.268

» 49 » 4.449

» 80 » 4.409

» 83 » 3.316

Premios 50\$000

N. 2.127

» 3.014

» 1.644

» 3.358

» 2.125

» 4.382

» 1.152

» 2.294

» 2.201

» 1.354

» 300

» 626

» 2.627

» 1.534

» 1.149

» 3.486

» 3.543

» 5.628

» 2.896

» 3.636

Premios 50\$000

Serie 4 N. 4.382

» 9 » 5.373

» 43 » 4.718

» 44 » 2.449

» 44 » 3.947

» 46 » 983

» 23 » 4.732

» 29 » 4.432

» 34 » 4.929

» 59 » 824

» 63 » 587

» 69 » 5.382

» 86 » 4.732

» 89 » 4.966

» 92 » 4.726

» 92 » 5.420

» 93 » 3.362

» 94 » 4.874

» 97 » 3.677

» 98 » 426

Premios 40\$000

Serie 2 N. 2.602

» 3 » 578

» 5 » 3.055

» 7 » 3.430

» 8 » 5.856

» 9 » 2.906

» 9 » 5.404

» 40 » 2.473

» 46 » 5.939

» 47 » 4.095

» 20 » 5.290

» 26 » 4.949

» 27 » 2.905

» 30 » 4.427

» 40 » 749

» 50 » 326

» 50 » 3.300

» 56 » 975

» 68 » 5.516

» 79 » 4.339

» 80 » 4.046

» 84 » 3.239

» 94 » 545

» 95 » 2.406

» 99 » 5.961

Premios 25\$000

N. 2.397 ao N. 2.407

N. 2.386 ao N. 2.395

N. 2.396 ao N. 2.405

N. 2.396 ao N. 2.405

Na serie 46 do..... N. 3.984 ao N. 3.988

Na serie 46 do..... N. 3.972 ao N. 3.979

Em todas as outras series o..... N. 3.980

Em todas as series de numero par o..... N. 627

Janeiro, 3 de Abril de 1892.

O director-gerente Wenceslão Bello.

400:000\$000

série da 1ª loteria será extrahida

TERÇA-FEIRA, 18 DE ABRIL

Bilhete inteiro 800 réis—Tira-se 20:000\$000

As extracções desta loteria, uma vez annunciadas são intransferiveis

CASO CONTRARIO PAGA-SE O DOBRO

8 RUA DA REPUBLICA 8

Endereço telegraphico--Antovedo. Caixa postal--20

O contractador--ANTONIO C. DE AZEVEDO.

CHALET

Aluga-se ou arrenda-se o esplendido chalet, a rua José Veiga, antiga das Olarias, o qual possui excellentes commodidades, aguada, banheiros, etc.

Quem pretender o dirija-se à praça 17 de Novembro n.º 2, para tratar com a viuva Veiga.

VENDE-SE

um bom cavallo rosillo, marchador, novo gordo e extremamente manço proprio para montaria de senhora à rua Esteves Junior n.º 31.

Na mesm casa vende-se tambem um piano em perfeito estado.

Joaquim Natividade.

FAZENDAS PRETAS

NA LHA DE ANHÁ VENEZIANEN & C.

Daigones e sarjas, paños e casen ras francezas, superiores, completo sortimento Merludos francezes, pura lá, varia lissimo sortimento. Daigones, sarjas, paños e casen ras francezas.

PREÇOS SEM COMPETIDORES

1 B Rua de Commercio 1 B

DESINFECTEUR UNIVERSEL

preservativo infallível contra todas as epidemias.

Deposito no armazinho Ed. Pechade & C.

3 Rua João Pinto 3